



ATA Nº. 1/2024

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29/04/2024

---Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, na Fissul - Pavilhão de Feiras e Exposições de Silves, em Silves, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação da ata da sessão anterior;-----
2. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve;-----
2. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2023;-----
3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.^a alteração ao Plano de Recrutamento do ano de 2024;-----
4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.^a Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024;-----
5. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.^a Revisão ao Orçamento e às GOP 2024;-----
6. Constituição da comissão eventual para a elaboração do projecto de regimento da Assembleia Intermunicipal para o mandato 2021-2025.-----

---Após a apresentação de cumprimentos a todos, o Presidente da Assembleia informou que esta sessão está a ser transmitida on-line nas redes sociais da AMAL, ficando ainda disponível na plataforma YouTube. Disse que a sessão está a ser realizada no concelho de Silves, no âmbito do roteiro da Assembleia Intermunicipal em Movimento, que já percorreu vários municípios do Algarve e que tem como objetivo desenvolver uma política de proximidade, levando a Assembleia Intermunicipal do Algarve ao encontro dos cidadãos algarvios, estimulando a sua participação na discussão dos assuntos de relevância regional. Agradeceu às senhoras Presidentes, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de

Silves, pela forma calorosa como acolheram a realização desta sessão no seu município, assim como a todos os trabalhadores envolvidos na organização. Recomendou que desligassem os telemóveis ou colocassem em modo de silêncio, por forma a não prejudicar o funcionamento desta sessão e informou não ser permitido o registo de som ou imagem, sem autorização prévia da Mesa, exceto aos órgãos de comunicação social.-----

---A mesa estava constituída pelo seu Presidente, José Manuel Correia Águas da Cruz, Vice-Presidente, Tiago Botelho Martins da Silva e da Secretária, Célia Maria Marques da Rosa Paz.-----

---Seguidamente a Secretária da mesa procedeu à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes membros:-----

---Carlos Sérgio Freire Quintino (PSD), Domingos Coelho (PS) em substituição de Francisco José Pereira Oliveira (PS), António Marques Romeira Matias (PS), Graça Maria da Palma Pereira (PSD), Ivo Rafael Maltez Amendoeira (PS), Zita Maria Duarte Glória (Renascer), Maria Margarida do Livramento Claudino (PSD) em substituição de João Alfredo Fernandes Teixeira (PSD), Ernestina Maria Valongo Martins de Castro (PSD), Tiago Botelho Martins da Silva (PSD), Paulo Sérgio Baptista (PAN) em substituição de Luís Manuel Fernandes Coelho (PS), Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD), Beatriz Graziela Calafate (PS) em substituição de Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS), José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Maria Licínia Mendes Lourenço (PS), Vítor Manuel Grade Martins Sobral (PS), Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (PS), David Eduardo Vicente Roque (BE) em substituição de Mílvia Filipa Pires Campos Gonçalves (PSD), Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato (PS), Fernando Ildefonso (LCF) em substituição de José Manuel da Glória de Oliveira (CDU), Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (PS), João Carlos Dias dos Santos (PSD), Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), Elisabeta Ecaterina Necker (PS), Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), Paulo Alexandre Duarte Rosa (PSD), João Gabriel Calabreta Martins (PS), Hélder Nuno Silda do Carmo (PS), Francisco José Moleiro dos Santos (PSD), Tatiana Lourenço Queirós (PS), Isabel Andrez Guerreiro (PS), José Figueiredo Santos (PS), Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves (PS), Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira (CDU) em substituição de Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), Carlos Gouveia Martins (PSD), João Pedro Gonçalves Marques Caetano (CPMF) em substituição de Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano (CPMF), João Manuel Rodrigues Grenhas (PS), Fabiano Viegas Rodrigues (PSD), João Varela dos Santos (CDU) em substituição de Débora Andreia Moniz dos Santos Ferreira Quaresma (CDU), Ana Isabel Cunha Costada Martinho Tomás (PSD) em substituição de José Pedro da Silva Soares (PSD), Ana Sofia Belchior da Silva Ferreira (PS), Muriel Cristina Dias Neto (PSD), José Epifânio Martins Graça (PS), Jorge Humberto Martins Corvo (PSD), Gilberto Repolho dos Reis Viegas (PSD), Armindo Paulo Leal Vicente (PS), Célia Maria Marques da Rosa Paz (PS), Manuel Filipe Pôla Alturas (PS), Anabela da Conceição Lança Marques (PSD), David Miguel Vasques Silva (PSD).-----

---Faltaram os seguintes membros: João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD) António Manuel Dias Mendonça (CDU), Abel Filipe dos Santos Matinhos (PS).-----

---Os seguintes membros faltaram mas apresentaram justificação: Carlos Mendes (MIPA), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (Independente), Cláudia Isabel Martins Mendes (PSD), Bruno Chícharo Pereira (CDU) e Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS).-----

---Estiveram também presentes: António Miguel Ventura Pina, Presidente do Conselho Intermunicipal, Joaquim José Brandão Pires, Primeiro Secretário e Rosa Cristina da Palma, Presidente da Câmara Municipal de Silves e Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, da Comunidade Intermunicipal do Algarve.-----

---Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da mesa declarou aberta a sessão.-----

---Antes de se passar à discussão da ordem de trabalhos, o elemento da CDU da Assembleia Municipal de Silves, senhor Marco Jóia, pediu a palavra para informar que estava em substituição de um membro do seu partido e não foi chamado. Verificada a situação, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal esclareceu que o último membro substituto convocado, da lista da CDU, não comunicou a sua ausência na sessão, pelo que a Mesa da Assembleia Intermunicipal não convocou o membro que se seguia na lista da CDU, que, aliás, nem era o senhor Marco Jóia. Por carecer de legitimidade o senhor Marco Jóia não poderia participar na sessão. Esclarecida a questão, e apesar de ter sido convidado a assistir à reunião, o referido elemento da lista da CDU retirou-se da sala.-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação da ata da sessão anterior: Colocada à votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade dos membros presentes naquela sessão.-----

2. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional: Tendo sido recepcionados pelos serviços da Assembleia dois documentos para discussão neste período de Antes da Ordem, passou-se de imediato à apresentação e discussão dos citados documentos.-----

---Moção apresentada pela bancada da CDU, intitulada "Gestão da água no Algarve-Rega", documento número um apenso a esta ata. O membro João Varela, da bancada da CDU, procedeu à leitura, em voz alta, da referida moção.-----

---Colocada à discussão, o membro José Graça informou que a bancada do PS iria votar a favor desta moção, por entender que muitos destes projetos já estão feitos, nomeadamente, o Plano de Alterações Climáticas, o Plano de Eficiência Hídrica, em andamento o Projecto da Dessalinização da água do mar, entre outros. Recordou que a proposta feita nesta Assembleia sobre a construção da barragem da Foupana já teve retorno por parte do Governo, ao ter disponibilizado verbas para o seu estudo e saudou a forma e o empenho conjunto de todas as entidades regionais do Algarve, públicas e particulares, na campanha de

comunicação “ água é vida, reduza o seu consumo, todas as gotas contam”.-----
---O membro João Caetano disse que iria votar a favor desta moção, por comungar das mesmas preocupações. Contudo, gostaria de ver especificadas as medidas que se propõem rever, no que diz respeito ao plano de restrições da água, aprovado pelo Conselho de Ministros, que na sua opinião tem sido aplicadas nos vários municípios do Algarve de uma forma muito dispar.-----

---O membro Paulo Baptista informou que atualmente estava na Assembleia na qualidade de independente e não de representante do PAN, apesar de saber que ainda não houve essa comunicação à Assembleia Intermunicipal, por parte da Assembleia Municipal de Faro. Sobre a moção disse que o Algarve vive acima das suas capacidades hídricas, concorda que a escassez de água é um problema, mas não concorda com as medidas nela apresentadas e por isso iria votar contra. Justificou que a construção da barragem, transvases e da dessalinizadora pode parecer uma solução, mas não resolve o problema e pode trazer graves impactos ambientais. Comentou que a falta de água é um grande desafio da nossa civilização que tem que ser tratado politicamente, tem que se definir o que se pretende para a agricultura e turismo no futuro e não pode ser resolvido à custa das infraestruturas verdes municipais que suporta a biodiversidade nas cidades, sob pena de causar um grave problema de saúde pública, conforme já foi feito um alerta pela ONU. Concluiu informando que iria apresentar, por escrito, uma declaração de voto, sobre este assunto.-----

---O senhor Fernando Ildefonso disse que iria votar a favor desta moção, por partilhar das mesmas preocupações. Contudo, considerou que no âmbito das medidas de restrições adotadas no Algarve, existe uma falta de rigor e intervenção das autoridades reguladoras e competentes, na implementação de projetos de plantação de determinadas culturas que consomem uma grande parte da reserva hídrica da região, exemplificando o caso das plantações de abacate existentes na bacia de Bensafim a S. João.-----

---O membro David Roque disse que iria votar favoravelmente esta moção e concordando com as opiniões dos membros anteriores, alertou para a necessidade de haver uma maior gestão e controle no gasto da água, em geral, em vez de andarmos à procura de investimentos para a sua captação e armazenamento, afirmando que a água é um bem precioso e se não houver melhor gestão no seu uso, ela faltará mesmo-----

---Após os esclarecimentos prestados pelo membro da bancada da CDU, João Varela, o Presidente da Mesa colocou a referida moção à votação, tendo sido aprovada por maioria com 32 votos a favor, 1 contra e 17 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 26 votos a favor; PSD – 17 abstenções; CDU – 2 votos a favor; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto a favor; LCF – 1 voto a favor; Renascer – 1 voto a favor e do PAN – 1 voto contra. Esclareceu ainda que o membro Paulo Batista, embora tenha referido que estava na qualidade de independente, a Assembleia Intermunicipal não dispõe de qualquer informação da Assembleia Municipal de Faro. -----

---O membro Paulo Batista informou que iria apresentar por escrito e enviar aos serviços da Assembleia, a sua declaração de voto.-----

---Saudação apresentada pela bancada da CDU intitulada "Comemorar o 50º aniversário do 25 de Abril e do 1º de Maio em Liberdade e dos 48 anos da Constituição da República Portuguesa", documento número dois apenso a esta ata. A senhora Maria de Lurdes Nogueira apresentou a referida Saudação, tendo sido colocada de imediato à discussão.-----

---O membro João Caetano disse concordar com a saudação e evocação a estas datas históricas, por entender que se deverá reafirmar os valores do 25 de Abril e 1º Maio. Contudo, referiu ter algumas reservas relativas aos considerandos de natureza ideológica da CDU, expressos na mesma. -----

---A senhora Maria Joaquina de Matos recordou o que foi o dia 25 Abril, o dia 1º Maio e os quarenta e oito anos da Constituição da República Portuguesa, referindo ter valido a pena a luta travada pelas conquistas alcançadas, que nos permiti viver em Liberdade e num Estado de Direito, nestes cinquenta anos. Por isso, irá associa-se às suas celebrações e votar a favor desta moção.-----

---O membro Francisco Moleiro interveio dizendo que se deve lembrar e perpetuar no tempo a data do 25 Abril. Contudo, se não tivesse ocorrido o 25 de novembro de 1975, decerto que se teria passado de uma ditadura fascizante para uma ditadura do Proletariado ou de Direita mais repressiva, conforme era a vontade da CDU e do PCP, passando-se de um Estado Cooperativista para um Estado Comunista, com uma única central sindical, a intersindical, e não a diversidade de centrais sindicais.-----

---O membro David Roque afirmou que a data do 25 Abril é única e irrepetível, muitas outras vieram mas considera que esta é que se deve perpetuar, pois foi o fim da Dítadura e o começo da Democracia.-----

---Também o membro Fernando Ildefonso disse que estas datas históricas não são um património da CDU, mas sim um património de todos e que têm que ser enaltecidas por todos e não manipuladas pela CDU, por isso iria votar a favor da moção.-----

---No mesmo sentido manifestou-se o membro Vítor Sobral, que referiu que o PS iria também votar a favor desta moção, não pela forma tendenciosa como está escrita mas pelo seu valor histórico para o povo português.-----

---Após longa discussão em torno desta moção, o Presidente concluiu dizendo que se "...devia saudar tudo aquilo que nos unia a todos e não aquilo que nos dividia..." Esta posição foi aplaudida pela maioria dos presentes.-----

---O membro João Caetano informou que irá votar contra esta moção se a CDU não rectificar o seu conteúdo, no que se refere à posição contrária da CDU quanto à abertura de Portugal à Europa, sua adesão à Comunidade Europeia e à moeda única.-----

---A senhora Maria de Lurdes Nogueira confirmou que a CDU não apoia a entrada de Portugal na CEE por comprometer a Soberania Nacional e por isso não irá alterar o conteúdo da sua

moção.-----

---Terminada a sua discussão, passou-se de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por maioria com 32 votos a favor, 1 contra e 17 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 26 votos a favor; PSD – 17 abstenções; CDU – 2 votos a favor; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto contra; LCF – 1 voto a favor; Renascer – 1 voto a favor e do PAN – 1 voto a favor.-----

---Os senhores Fernando Ildefonso, João Caetano, Francisco Moleiro e Carlos Gomes fizeram verbalmente declarações de voto, ao que o Presidente da Assembleia informou que, para serem transcritas integralmente para a ata, deveriam ser reduzidas a escrito e enviadas para os serviços da AMAL, num prazo de 8 dias.-----

---Ainda neste ponto da ordem de trabalhos e sobre assuntos de interesse geral, intervieram os seguintes membros:-----

---O membro Carlos Quintino apresentou verbalmente, pela bancada do PSD, um voto de congratulação ao XXIV Governo da República Portuguesa, empossado no passado dia 2, afirmando que o Governo PSD/CDS irá dar ao Algarve o que os algarvios merecem e que tem sido ignorado pelos sucessivos governos anteriores, nomeadamente a construção do hospital Central, a requalificação da EN 125, a construção da barragem da Foupana e a alteração da política de habitação. Pretendeu ainda saber se a AMAL tem algum Plano de Ação em relação à melhoria do desempenho da Algar, para o próximo verão.-----

---O membro João Caetano questionou o Presidente da AMAL sobre a posição assumida pela AMAL quanto às alterações às restrições do consumo de águas no Algarve impostas pelo Governo na última resolução de Conselho de Ministro.-----

---O membro Fernando Ildefonso alvitrou a hipótese de a AMAL poder interferir junto do Governo para a dinamização da recuperação do Património Municipal no Algarve, para a salvaguarda do interesse turístico cultural na região, assim como interferir no Plano Intermunicipal do Insucesso Escolar, onde existe uma enorme falta de recursos humanos especializados para prestar o apoio às crianças deficientes, relatando como exemplo o que se passa no seu Município, em relação a estas matérias.-----

---A senhora Cláudia da Luz, reportando-se ao problema da falta de habitação no Algarve, comentou que é urgentemente construir mais habitação e não travar o licenciamento do alojamento local.-----

---O membro João Carlos Santos comentou que a gestão da água no Algarve deveria ter passado por ações inteligentes e não só e apenas, no aumento de tarifários aos consumidores, na lógica de consumidor-pagador, negociado pela AMAL e o Governo. Referindo que a AMAL pouco fez neste sentido, pretendeu saber que outras medidas foram implementadas no terreno, se os Municípios tinham diminuído as suas perdas de água, em espaço urbanos, e em que percentagem.-----

---O membro Carlos Gouveia Martins abordou a questão da construção do novo hospital

4-8

central do Algarve e a problemática que envolve as parcerias públicas ou privadas, lembrou que existe também a grave situação de fixação de profissionais de saúde na região. Apelou ao Governo e às entidades intervenientes nestas temáticas que solucionem o problema rapidamente, desbloqueando algumas barreiras e promovam a criação de políticas de incentivo à fixação destes profissionais na região.-----

---O membro Carlos Quintino voltou a questionar, se a AMAL tinha algum plano de melhoramento do desempenho da ALGAR, na recolha de recicláveis, para o próximo verão.---

--- Prestando os esclarecimentos solicitados, o Presidente do Conselho Intermunicipal disse que, em relação à problemática da gestão da água, não é da competência da AMAL avaliar as decisões dos vários municípios, sobre o cumprimento ou não da resolução do Conselho de Ministros. Quanto ao aumento de tarifários, esclareceu que a AMAL não decidiu nada sobre esta matéria, informando que foram os quinze Municípios, uma vez que o Município de Silves não quis participar, que acordam esse aumento, numa reunião na AMAL com a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, embora posteriormente alguns não o tivessem implementado. Quanto à redução das perdas de água nos Municípios, informou que, dos quarenta e nove milhões atribuídos para o Algarve, no âmbito do PRR para a Eficiência Hídrica, já tinham sido aprovados projetos no valor de trinta e nove milhões. Sobre a questão do património, é da competência do Governo e sobre o apoio ao insucesso escolar esclareceu que a AMAL tem já uma candidatura para dotar os Municípios de verbas para fazer face a esses custos. Em relação à Algar referiu que a AMAL não é accionista da Algar mas são os Municípios por si, logo a questão deverá ser feita ao respectivo presidente de Câmara. Sobre o Hospital Central, disse que a AMAL acompanhou esse processo e que estava programado a elaboração de um estudo, que deveria ter sido entregue até ao mês de julho passado, para a sua construção, numa parceria pública ou privada. Não o tendo sido, disse que irá contatar de novo a senhora Ministra da Saúde para saber o ponto de situação.---

---Os membros João Carlos Santos e Carlos Quintino intervieram, de novo, reformulando as suas questões quanto à questão das perdas de água nos Municípios e gestão da Algar, tendo o Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL reafirmado que, na qualidade de Presidente da CIM e de acordo com a legislação em vigor, não tem competência nessas matérias.-----

---A senhora Graça Pereira questionou uma vez mais, sobre o ponto de situação em que se encontra os ventiladores adquiridos pelos Municípios do Algarve, durante a pandemia do Covid 19 e que segundo sabe estão guardados e não estão a ser utilizados no hospital de Faro nem de Portimão. O senhor Presidente da AMAL informou que eles estão na AMAL, na Proteção Civil, julgando até que alguns já foram utilizados pelo hospital de Faro. Sobre a problemática que envolve a habitação no Algarve disse que também essa matéria não é da competência da CIM, mas sim dos municípios.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve: O Presidente da Assembleia Intermunicipal informou que foi disponibilizado, no site da AMAL o documento com a actividade da AMAL e por isso considerou não haver necessidade de apresentação, por parte do Presidente do Conselho Intermunicipal, desde que este fique disponível para responder a eventuais questões. Não houve quaisquer intervenções.-----

2. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2023: Tendo os referidos documentos sido disponibilizados atempadamente a todos os membros, o Presidente do Conselho Intermunicipal disse não necessitar de apresentação, manifestou-se disponível para eventuais esclarecimentos. Dos documentos de Prestações de Contas constam os documentos necessários à prestação de contas, nomeadamente, as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais, entre outros, que refletem o resultado anual da atividade e da situação patrimonial da AMAL.-----

No ano de dois mil e vinte e três foram registados os seguintes resultados:-----

Total do ativo: 17.699.167,01 euros (dezassete milhões, seiscentos e noventa e nove mil, cento e sessenta e sete euros e um cêntimo);-----

Património líquido: 4.442.503,47 euros (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e três euros e quarenta e sete cêntimos);-----

Passivo (Balanço): 13.256.663,54 euros (treze milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos);-----

Rendimentos (DR): 9.467.163,24 euros (nove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, cento e sessenta e três euros e vinte e quatro cêntimos);-----

Gastos (DR): 9.094.563,63 euros (nove milhões, noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e três euros e setenta e três cêntimos);-----

- Resultado líquido: 372.599,61 euros (trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e nove euros e sessenta e um cêntimos);-----

- Recebimentos (DFC): 11.426.389,95 euros (onze milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos);-----

- Pagamentos (DFC): 8.718.645,59 euros (oito milhões, setecentos e dezoito mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos);-----

- Desempenho orçamental (recebimentos e pagamentos) (DDO): - Recebimentos: 11.897.537,87 euros (onze milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e trinta e sete euros e oitenta e sete cêntimos); Pagamentos: 5.342.596,86 euros (cinco milhões, trezentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e seis euros e oitenta e seis cêntimos);-----

- Saldo inicial do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria): 9.976.844,83 euros (nove milhões, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos), em que 4.460.736,17 € (quatro milhões,

quatrocentos e sessenta mil, setecentos e trinta e seis euros e dezassete cêntimos) são de operações orçamentais e 5.516.108,66 € (cinco milhões, quinhentos e dezasseis mil, cento e oito euros e sessenta e seis cêntimos) são de operações de tesouraria;-----

- Saldo final do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria): 12.684.587,19 euros (doze milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e sete euros e dezanove cêntimos), em que 6.554.941,01 euros (seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um euros e um cêntimo) são de operações orçamentais e 6.129.646,18 euros (seis milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e seis euros e dezoito cêntimos) são de operações de tesouraria.-----

---O membro Francisco Moleiro questionou o facto de, pelo segundo ano consecutivo, o relatório do Revisor do Oficial de Contas mencionar que existe uma diferença nos valores dos rendimentos e resultados, na parte relativa à contabilidade de gestão e os apurados na demonstração de resultados, com a justificação que se deve à necessidade de ajustes do sistema informático. O Presidente do Conselho informou que são valores irrisórios e de facto imputados à aplicação da AIRC para a gestão da contabilidade.-----

---Após a discussão, os documentos de Prestação de Contas do ano 2023 foram colocados à votação, tendo sido aprovados por maioria com 29 votos a favor e 21 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 26 votos a favor; PSD – 17 abstenções; CDU – 2 abstenções; BE – 1 abstenção; CPMF– 1 voto a favor; LCF – 1 voto a favor ; Renascer – 1 voto a favor e PAN – 1 voto abstenção; -----

3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.ª alteração ao Plano de Recrutamento do ano de 2024: O Presidente do Conselho Intermunicipal prescindiuiu de apresentar este ponto, uma vez que foi distribuído atempadamente aos membros, manifestando-se disponível para eventuais esclarecimentos. Não tendo havido quaisquer intervenções, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos.-----

---Feita a votação, a proposta foi aprovado por maioria, com 49 votos a favor e 1 abstenção, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 26 votos a favor; PSD – 17 votos a favor; CDU – 2 votos a favor; BE – 1 abstenção; CPMF – 1 voto a favor; LCF – 1 voto a favor; Renascer – 1 voto a favor e PAN – 1 voto a favor; -----

4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024: Prescindindo igualmente da apresentação, o Presidente do Conselho Intermunicipal manifestou-se disponível para eventuais esclarecimentos.-----

---Intervindo, o senhor Carlos Quintino, da bancada do PSD estranhou a posição do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, no que diz respeito à não apresentação destes últimos pontos da ordem de trabalhos.-----

Não tendo havido mais intervenções passou-se de imediato à sua votação.-----

--- Feita a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com 50 votos a favor.-----

5. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1ª Revisão ao Orçamento e às GOP 2024: O Presidente do Conselho Intermunicipal perguntou à bancada do PSD se tinha algumas dúvidas sobre este e os últimos assuntos, tendo o senhor Carlos Quintino respondido que a sua anterior intervenção, não ia no sentido de haver dúvidas mas de falta de consideração, da sua parte, pelos membros presentes e por quem assiste a esta sessão, on-line, que não sabe do que se está a tratar e merecem ouvir uma explanação, ainda que sucinta, por parte do senhor Presidente.-----

---O Presidente da Assembleia Intermunicipal, na sequência da intervenção do membro Carlos Quintino, convidou o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal a fazer uma breve apresentação da proposta, convite que foi declinado pelo senhor Presidente do Conselho, que se recusou a fazer a apresentação da proposta.-----

---Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 26 votos a favor e 24 votos em abstenção, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 26 votos a favor; PSD – 17 abstenções; CDU – 2 abstenções; BE – 1 abstenção; CPMF – 1 abstenção; LCF – 1 abstenção; Renascer – 1 abstenção e PAN – 1 abstenção. -----

6. Constituição da comissão eventual para a elaboração do projecto de regimento da Assembleia Intermunicipal para o mandato 2021-2025: O Presidente da Assembleia fundamentou a introdução deste ponto na Ordem do Dia em virtude das dúvidas suscitadas na interpretação de algumas normas do regimento atualmente em vigor, nomeadamente no que se refere às substituições, das lacunas detetadas bem como da necessidade de adaptar o regimento às alterações legais entretanto introduzidas e as boas práticas conhecidas. Posição que foi sufragada e que consta das conclusões da reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Intermunicipais de 1 de fevereiro de 2024.-----

Acrescentou que, de acordo com o Regimento, compete à Assembleia definir o número de membros, efetivos e suplentes, que devem integrar a comissão e que na sua composição deveria observar-se o princípio da proporcionalidade.-----

---O membro Carlos Gomes sugeriu que, futuramente, para solucionar questões como a anterior, na redação dos pontos da ordem de trabalhos fosse acrescentada a palavra "Apresentação" e assim ficava explícito que o senhor Presidente do Conselho tinha que apresentar os assuntos que lhes diz respeito, caso contrário não é obrigado fazê-lo. Sobre o número a integrar a comissão sugeriu que fossem os 3 elementos que já tinham sido indicados para a Direção dos Grupos Intermunicipais, mais 1 por cada coligação.-----

---O Presidente da Assembleia comunicou que a Mesa não concordava com a sugestão apresentada, porquanto na redação dada ao ponto da Ordem do Dia "Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1ª Revisão ao Orçamento e às GOP 2024", está implícito e é prática corrente nos órgãos deliberativos que o proponente

apresente a sua proposta ao órgão, de forma exaustiva, por escrito, e de forma sucinta, oralmente. No caso, tratando-se de uma proposta do Conselho Intermunicipal, cabia ao Presidente do Conselho fazer a sua apresentação oral ou delegar no 1º Secretário, o que não fez, contrariando uma prática reiterada, que tem vindo a ser seguida nesta Assembleia Intermunicipal. O Presidente da Assembleia, apesar de ter manifestado a sua discordância, referiu que o Presidente do Conselho tinha a liberdade de apresentar ou não a proposta do Conselho à Assembleia, encerrando esta discussão.-----

---O membro David Vasques considerou que esta Assembleia já pouco iria beneficiar dessas alterações ao Regimento, porquanto o mandato estava quase a chegar ao fim.-----

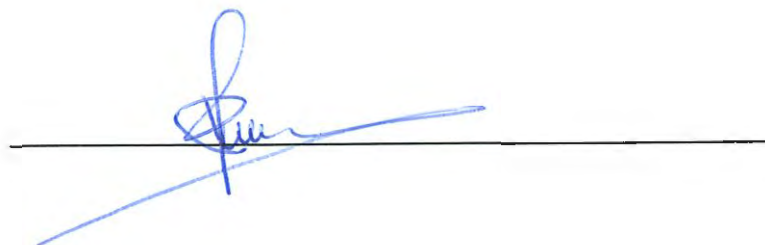
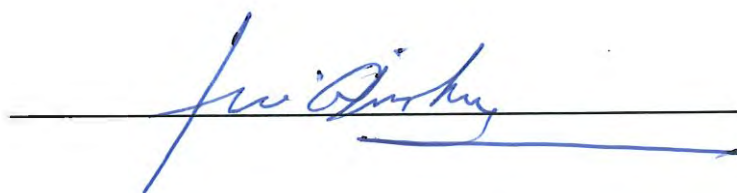
---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.-----

---O Presidente da Assembleia concedeu um prazo de oito dias para que os grupos intermunicipais e os movimentos indicassem os nomes dos seus representantes, para integrar a comissão.-----

---A terminar a sessão, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Silves, congratulou-se com o fato das Assembleias Intermunicipais serem descentralizadas e agradeceu a presença de todos no seu concelho.-----

---Posto isto, foi colocada à votação a proposta de minuta das deliberações tomadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito a redigi. -----





MOÇÃO

GESTÃO DA ÁGUA NO ALGARVE - Rega

1. "O Algarve é uma das regiões europeias que apresenta um risco elevado de desertificação em todos os factores biofísicos: solo, floresta, água e clima. Esse risco potenciado pelas alterações climáticas e pelos fenómenos associados, tais como os grandes incêndios e os grandes períodos de seca, carece da implementação de decisões estratégicas fundamentais no que respeita à gestão da água, à recuperação de solos e à conservação da floresta"
Como se pode ler nas conclusões de um estudo da CCDR do Algarve, intitulado Indicadores de Desertificação no Algarve – Área Piloto de Combate à Desertificação, datado de junho de 2007.
2. Apesar de ser um problema identificado muito antes, certo é que nestes últimos 17 anos, pouco ou nada foi realizado, pouco ou nada passou de estudos e planos.
E é essa ausência de medidas estruturais de fundo, que dotassem o Algarve de maior capacidade de captação, armazenamento, transporte e poupança de água, de campanhas de sensibilização, assim como de reforço dos serviços públicos para uma maior monitorização, fiscalização e gestão dos recursos hídricos, que nos trazem à dura realidade do actual quadro de seca e escassez de água.
3. Como bem público e essencial à vida, as restrições têm que salvaguardar as necessidades de água às populações residentes. E considerando ainda que a água utilizada pela agricultura, em particular na agricultura familiar, serve para a produção de alimentos com um destino ao consumo interno, essencialmente. As restrições têm de ser transversais a toda a actividade económica da região e equitativas, considerando o que é essencial para a vida das populações da região.
4. As medidas têm de salvaguardar sectores onde a falta de água destrói o meio produção, as plantas assim como as pessoas não "hibernam". Além da produção, a agricultura é o "jardim" do turismo algarvio. Não havendo agricultura, haverá desertificação do território com as consequências que já são conhecidas: despovoamento, mato e incêndios.
5. Um hotel se ficar fechado uma época, na época seguinte está pronto a funcionar. As árvores se não forem regadas uma época, secam-se ou nas épocas seguintes não produzem.
6. O sistema de rega do Arade (Silves, Lagoa e Portimão), o primeiro bloco ficou construído no final de 2015 onde foram investidos mais de 6,5 milhões de euros não está a funcionar como foi projectado. Tinham-se poupado mais de 10 milhões de metros cúbicos de água e mais de um milhão de euros em custos energéticos (electricidade), além da degradação dos contadores, devido à utilização de água não filtrada.
7. O adutor Funcho – Alcantarilha foi construído para transportar água com a finalidade de regar cerca de 14.700 ha e fornecer água para consumo doméstico, conforme documento publicado na Página da Comissão Europeia (http://europa.eu/rapid/press-release_IP-93-899_pt.htm). Desde que foi construído regou zero metros quadrados.
8. A mensagem difundida num cartaz patrocinado, entre outras entidades, pela APA e Águas do Algarve, diz o seguinte: **POUPE ÁGUA; A ÁGUA É VIDA; TODAS AS GOTAS CONTAM.** Se esta mensagem fosse levada a sério por todas as entidades que patrocinaram o referido cartaz, as duas torneiras que permitem a circulação de água entre o adutor Funcho – Alcantarilha e o sistema de rega, tinham sido abertas em 2015.

- 
9. Ao contrário do que APA referiu em outubro de 2023, em resposta a uma moção aprovada na sessão ordinária de setembro de 2022 na Assembleia Municipal de Silves, a restrição do uso de água da barragem do Odelouca, pelos regantes, ficou resolvida pela resposta à questão colocada à EU em 2017.
 10. Para se poupar todas as gotas de água, como é obvio, não é recomendável o transvase de água da barragem do Funcho para a barragem do Arade.
 11. A precipitação verificada no final de março aumentou consideravelmente a disponibilidade de água.

Pelo acima exposto os eleitos da CDU propõem:

- a) Um forte investimento público em medidas com vista a uma maior capacidade de captação, armazenagem, transporte e poupança de água. Impõe-se medidas capazes de preparar o Algarve para enfrentar situações como a actual, nas próximas décadas e que passam pelo aumento da capacidade de represamento, nomeadamente com a construção da barragem da Foupana, articulando-a e interligando-a com o actual sistema Odeleite-Beliche e o estudo da construção de outras barragens ou açudes, a modernização e construção de estações de tratamento de águas residuais (para lá das existentes) e com um maior aproveitamento para fins múltiplos destas águas;
- b) A manutenção, modernização e expansão das redes de abastecimento público;
- c) Avançar com a implementação do controlo e redução de perdas, gerindo caudais e pressões, instalando dispositivos tecnológicos avançados, aumentando a eficiência do sistema da rede pública de água;
- d) Avançar com a implementação de sistemas de rega eficientes, utilizando sistemas tecnológicos de controlo de humidade do solo, assim utilizando somente a água necessária. As grandes infiltrações são desnecessárias, toda a água que ultrapassa em profundidade o alcance das raízes das plantas é desperdício;
- e) Ligar ao adutor Funcho – Alcantarilha, sistema de rega do Arade (Silves, Lagoa e Portimão);
- f) Rever o plano de restrição de utilização da água aprovado em Conselho de Ministros em Fevereiro.

A Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida no dia 29 de abril de 2024, em Silves, delibera:

- Enviar esta Moção ao Ministério do Ambiente e Ação Climática com conhecimento à Assembleia da República, Presidência da República, Gabinete do Primeiro Ministro, Ministério da Agricultura e comunicação social

Silves, 29 de Abril de 2024

Os eleitos da CDU





Coligação Democrática Unitária

Saudação

Comemorar o 50º Aniversário do 25 de Abril e do 1º de Maio em Liberdade e dos 48 anos da Constituição da República Portuguesa

Este ano, os trabalhadores e o povo português comemoram o 50º aniversário do 25 de Abril e, consequentemente, o 50º aniversário do 1º de Maio em Liberdade. Comemoram também os 48 anos da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 02 de abril de 1976, que continua a ser garante de um vasto leque de direitos fundamentais: direitos políticos, direitos económicos, sociais e culturais, dos trabalhadores e do povo português.

Ao comemorarmos a Revolução do 25 de Abril, não esquecemos e celebramos o ato generoso e corajoso dos capitães de Abril, que nessa inesquecível madrugada abriu as portas à liberdade e democracia e a quem hoje uma vez mais demonstramos o nosso agradecimento.

Celebramos o esforço heroico da Resistência antifascista, a abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, a intensa luta de massas dos trabalhadores, dos intelectuais, da juventude, do povo.

Celebramos o amplo e vigoroso levantamento popular que irrompeu nessa manhã de Abril, que transformou o levantamento militar libertador do MFA em Revolução. Numa verdadeira revolução emancipadora, assumida pelo povo, pela classe operária, pelos trabalhadores, pelos intelectuais, por amplas camadas antimonopolistas da cidade e dos campos, que com a sua ação conduziram a profundas transformações económicas, sociais, políticas e civilizacionais que se traduziram em grandes conquistas dos trabalhadores e do povo.

As conquistas de Abril são fruto de uma Revolução libertadora e emancipadora e a sua defesa no presente, exige manter viva na memória coletiva como ela foi determinante para pôr fim à pesada herança dessa feroz ditadura fascista que ao longo de 48 anos liquidou as liberdades e os direitos dos cidadãos, obrigou o nosso povo a uma guerra criminoso que provocou milhares de mortos e mutilados entre a juventude portuguesa, guerra esta que serviu os grandes interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros, explorou e reprimiu as massas trabalhadoras, impôs salários de miséria e o nível de vida mais baixo da Europa, proibiu greves e manifestações, proibiu partidos políticos, censurou os jornais, a rádio e a televisão.



Coligação Democrática Unitária

Comemorar Abril é denunciar o que foi o fascismo, mas também combater todas as tentativas do seu branqueamento.

Comemorar Abril é denunciar o processo contra-revolucionário, a política de direita que, desde 1976, destruiu conquistas, empobreceu a democracia, delapidou a soberania, bloqueou perspetivas.

O Portugal de 2024 é o País da revolução e das conquistas que se mantêm. Mas é um País com as marcas profundas da contra - revolução, com as feridas abertas da exploração, das injustiças e desigualdades, da fragilização económica, de uma democracia mutilada e da dependência resultante da reconstituição e restauração do domínio dos grupos monopolistas dependentes do capital estrangeiro e do comprometimento da soberania nacional ao processo de integração capitalista da UE e ao imperialismo.

O Portugal de 2024 é um país em que estão presentes importantes conquistas, em que a Constituição da República é esteio de direitos e de um projeto progressista, em que o exemplo e os valores de Abril se afirmam como força inspiradora e transformadora.

Comemorar Abril é combater a campanha de depreciação da Revolução que aproveita as comemorações do cinquentenário, não só para repisar as linhas contra Abril que vêm do passado, mas para ir mais longe na sua desvalorização como projeto capaz de dar vida ao presente e arquitetar e construir o futuro.

Há hoje quem procure aproveitar os 50 anos do 25 de Abril, para expor uma nova tese da família do fim da História. Quem 50 anos depois decreta que acabou, que Abril terminou, que se inicia um novo ciclo.

Não, Abril não ficou lá atrás na História, não se perdeu no caminho, está aí nas conquistas que perduram, na Constituição da República Portuguesa, está aí no seu exemplo e nos seus valores. Desde logo na Constituição que apesar de todas as revisões, com amputações e abcessos, consagra direitos essenciais que aplicados dão resposta aos problemas dos trabalhadores e do povo e traduz um projeto que aponta o caminho que se impõe para o futuro.

As comemorações da Revolução de Abril, no ano que se assinalam os 48 anos da Constituição da República Portuguesa, devem ser um momento para proclamar os princípios nela consagrados e

afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do Povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço.

No dia 1º de Maio de 1974 o povo português nas ruas confirmou o rumo popular e democrático do levantamento iniciado pelos militares de Abril, e contribuiu de forma decisiva para a transformação do levantamento militar em processo revolucionário.

Em poucos dias, todos os direitos e liberdades fundamentais foram repostos e começaram a ser exercidos. O salário mínimo nacional, que não existia, foi instituído ainda nesse mês de Maio, abrangendo mais de 50% dos trabalhadores. E nos contratos coletivos conquistados nos tempos que se seguiram, novas reduções da jornada de trabalho e numerosos novos direitos vieram a ser consagrados.

Neste dia, não esquecemos a luta, o sacrifício e a unidade de trabalhadores que em todo o mundo conquistaram direitos laborais e sociais e que abriram as portas à construção de sociedade mais justas e solidárias.

Este ano, vamos novamente comemorar este 1º de Maio num cenário social e económico de grande complexidade.

Portugal atravessa hoje um período difícil, com o empobrecimento da população, os baixos salários pensões e reformas, a precariedade, o desemprego, o brutal aumento do custo de vida, a fragilização das relações de trabalho, pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa.

É esta realidade de instabilidade permanente que nos dias de hoje compromete não só o futuro dos trabalhadores, reformados, pensionistas, mas também o futuro dos jovens e do próprio desenvolvimento do país.

Reivindicar Maio é estar ao lado dos trabalhadores e dos seus representantes, continuando a apoiar as lutas pelos direitos que lhes são devidos, defendendo os direitos já alcançados e os que se afiguram ameaçados.

Coligação Democrática Unitária

Comemorar esta data é para além de recordar o significado da luta pioneira dos operários de Chicago, o momento para valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater o desemprego e a precariedade, lutar por salários, pensões, e reformas justas, e pela efetivação dos direitos individuais e coletivos.

Face ao exposto, o grupo Intermunicipal da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV propõe que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em Silves no dia 29 de abril de 2024, delibere:

- 1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais encontram-se consagrados na Constituição da República Portuguesa e são a base de uma política que sirva Portugal e os portugueses.**
- 2. Saudar o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e as suas conquistas laborais e saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando solidariedade com a luta por eles desenvolvida, exortando-os a continuá-la, numa perspetiva de consolidar direitos conquistados e de alcançar novos avanços que conduzam à sua total emancipação;**
- 3. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população para se associarem às suas comemorações.**
- 4. Enviar a presente deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN) e à União Geral de Trabalhadores (UGT).**

Os Eleitos da CDU Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

